



FINANÇAS ■ DECO DIZ QUE SITUAÇÃO IRÁ AGRAVAR-SE AO LONGO DO ANO

Funcionários afogados em dívidas

■ Por causa da redução do ordenado, trabalhadores do Estado pedem ajuda à DECO, devido a ruptura financeira

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

Os cortes salariais na Função Pública, aplicados pelo Governo em 2011, estão a ter um efeito dramático em muitas famílias: pela primeira vez, funcionários públicos foram obrigados, nos dois primeiros meses deste ano, a pedir ajuda à DECO, por não conseguirem pagar as suas dívidas. E Natália Nunes, responsável do Gabinete de Apoio ao Sobreendividado da DECO, receia que, à medida que o ano avança, "a situação se venha a agravar significativamente"; devido à subida dos juros.

Só em Janeiro e Fevereiro de 2011, a crise económica já obrigou 2329 pessoas, entre as quais muitos funcionários públicos, a recorrer à ajuda da DECO para reestruturar as dívidas. Com tantos pedidos de ajuda em apenas dois meses, o número de indivíduos sobreendividados disparou 10,9% em relação aos 2100 casos regista-

dos em igual período de 2010. Por isso, mesmo sabendo que a actual crise é propícia à ruptura financeira das famílias, Natália Nunes não esconde que os pedidos de ajuda de funcionários públicos acabaram por ser uma surpresa. E explica essa realidade de forma simples: "Como são famílias que têm o rendimento todo apertadinho, com estes cortes salariais, as finanças [pessoais] ficaram desequilibradas".

O provável aumento da taxa de juro em Abril, em conjunto com a subida do desemprego e da inflação, ameaça agravar ainda mais a situação financeira das famílias. Daí que Natália Nunes seja categórica: "O cenário é um bocadinho negro."

Tanto assim é que, segundo esta responsável da DECO, "cada vez há mais famílias com rendimentos elevados em situações de sobreendividamento". E esta situação abrange mesmo agregados familiares com vencimentos mensais conjuntos de três mil euros. ■

SAIBA MAIS

GABINETE DE APOIO

A DECO ajuda as famílias com excesso de dívidas a reestruturar a sua situação financeira através do Gabinete de Apoio ao Sobreendividado.

450 000

funcionários do Estado são afectados pelos cortes salariais, segundo o Ministério das Finanças. Desse total, 350 mil são trabalhadores em funções públicas e 100 mil do sector empresarial público.

1500

euros brutos por mês é o vencimento a partir do qual são aplicados os cortes salariais.

FREGUESIAS E CÂMARAS

A DECO está a alargar o apoio aos sobreendividados através de protocolos com autarquias.



O mercado imobiliário será prejudicado pelo custo do dinheiro

Subida de juros afecta vendas

● A provável subida da taxa de juro, em Abril, vai afectar o mercado imobiliário de forma imprevisível.

Luís Lima, presidente da Associação de Empresas de Mediação Imobiliária, reconhece que o aumento dos juros "vai ter um efeito negativo na actividade". E isto acontecerá quer ao nível das vendas quer do desemprego. ■

A aposta deve ser nas PME

● O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingos Azevedo, defendeu ontem que Portugal deve alterar a "fobia megalómana" da economia baseada nas grandes empresas e apostar nas PME, que representam 99% do tecido empresarial. "Esta é uma realidade que não podemos ignorar, devemos acarinhá-la, procurar que elas cresçam e desempenhem o seu papel na economia nacional", disse. ■



Domingos Azevedo diz que é preciso olhar para a realidade do País



A agência de notação Standard & Poor's cortou a nota da Refer

Nota da Refer, CP e Metro é 'lixo'

■ A agência de notação financeira Standard & Poor's (S&P) cortou ontem a avaliação da dívida a longo prazo de quatro empresas públicas de transporte - Parpública, CP, Refer e Metro - em três níveis, para o patamar mais baixo: 'lixo'. A Parpública, a holding que agrega as participações do Estado, também mereceu um corte no rating.

"Na nossa perspectiva, a elevada

dependência destas empresas do apoio do Governo português, no actual ambiente microeconómico, aumenta o risco de não conseguirem uma solução rápida para os seus fardos de dívida de curto prazo", explica a S&P em comunicado.

A agência deixa claro que "o apoio governamental será cada vez mais restringido pelas difíceis condições de financiamento de Portu-

gal", espelhadas no fraco acesso a liquidez por parte da Banca.

Ontem, outra agência de notação, a Fitch, deu mostras de que está atenta ao desempenho dos bancos portugueses. Por isso, baixou o rating das acções preferenciais da Caixa Geral de Depósitos e manteve sob vigilância negativa a avaliação de duas pequenas instituições: Montepio e Finbanco. ■